

ÍNDICE

Nota introdutória	9
Génese e correlação	11
Portugal e o Acordo de Schengen e sua Convenção de Aplicação	17
Acordo e Convenção de Schengen — Aspectos jurídicos e institucionais	21
A entrada em vigor e a entrada em aplicação da Convenção	
— As condições prévias	27
A Convenção de Aplicação de Schengen	31
Título I — Análise e comentários	31
Título II — Supressão dos controlos nas fronteiras internas e circulação das pessoas	32
Capítulo I: Passagem das fronteiras internas	32
Capítulo II: Passagem das fronteiras externas	36
Capítulo III: Vistos	41
Secção I: Vistos para as estadas de curta duração	41
Título III — Polícia e segurança	69
Capítulo I: Cooperação policial	69
Capítulo II: Entajuda judiciária em matéria penal	89
Capítulo III: Aplicação do princípio <i>Ne bis in idem</i>	92
Capítulo IV: Extradicação	93
Capítulo V: Transmissão da execução das sentenças penais	95
Capítulo VI: Estupefacientes	105
Capítulo VII: Armas de fogo e munições	109
Título IV — Sistema de Informação Schengen	115
Capítulo I: Criação do Sistema de Informação Schengen	115
Capítulo II: A exploração e utilização do Sistema de Informação Schengen	115
Capítulo III: Protecção dos dados pessoais e segurança no âmbito do Sistema de Informação Schengen	121
Capítulo IV: Repartição dos custos do Sistema de Informação Schengen	126
Título V — Transporte e circulação das mercadorias	128
Título VI — Protecção dos dados pessoais	131
Título VII — Comité Executivo	134

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	143
— Documentação Schengen e comunitária	145
— Lista dos documentos que integram o acervo Schengen	147
Inventário das disposições previstas no artigo 1.º	148
Resolução da Assembleia da República n.º 34/92	171
Resolução da Assembleia da República n.º 23/95	182
Directiva do Conselho de 25 de Fevereiro de 1964	184
Directiva do Conselho de 17 de Dezembro de 1974	189
Directiva do Conselho de 18 de Junho de 1991	191
Capítulo I: Âmbito de aplicação	192
Capítulo II : Harmonização das legislações relativas às armas de fogo	193
Capítulo III: Formalidades exigidas para a circulação de armas na Comunidade	195
Capítulo IV: Disposições finais	198
 I — COMUNICAÇÕES	 200
 LEGISLAÇÃO NACIONAL	 227
— Índice de legislação portuguesa conexas com a Convenção de Schengen	229
Decreto-Lei n.º 43/91, de 22 de Janeiro	233
Lei n.º 10/91, de 29 de Abril	297
Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março	313
Decreto-Lei n.º 60/93, de 3 de Março	349
Lei n.º 70/93, de 29 de Setembro	363
Decreto do Presidente da República, n.º 55/93, de 25 de Novembro	375
Resolução da Assembleia da República n.º 35/93	376
Decreto Regulamentar n.º 43/93, de 15 de Dezembro	377
Lei n.º 2/94, de 19 de Fevereiro	385
Portaria n.º 266/94, de 5 de Maio	387
Portaria n.º 297/94, de 18 de Maio	388
Decreto-Lei n.º 135/94, de 20 de Maio	389
Portaria n.º 464/94, de 1 de Julho	391
— Da entrada, permanência e residência dos cidadãos da EFTA	392
Lei N.º 34/94, de 14 de Setembro	394
Decreto-Lei n.º 292/94, de 16 de Novembro	396
Portaria n.º 1086/95, de 5 de Setembro	403
Lei n.º 17/96, de 24 de Maio	405
Decreto n.º 24/96, de 7 de Setembro	412
Acordo Luso-Espanhol sobre Controlos Móveis	414
Parecer n.º 70/95	418